



A RECEPTIVIDADE DO MANUAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REGIÃO DA AMOSC¹

THE RECEPTIVITY OF THE PHYSICAL EDUCATION TEACHER'S MANUAL IN THE AMOSC REGION

Alexandre Paulo Loro²

<https://orcid.org/0000-0002-4207-7642>

Anatel Aparecida Fávero³

<https://orcid.org/0009-0007-2741-3058>

Carla Karina Jordan⁴

<https://orcid.org/0009-0003-2534-0642>

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo identificar os livros didáticos de Educação Física do PNL 2019 selecionados pelos professores na região de abrangência da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) e analisar a sua receptividade pelos professores da rede. A pesquisa tem caráter quali-quantitativo, de natureza aplicada e de procedimentos de levantamento. A amostra foi composta por 28 professores de Educação Física. Os resultados foram organizados nas seguintes dimensões: socioprofissional, escolha, características, elaboração, uso, satisfação, diversidade cultural e concepções. Constatou-se que o Manual do Professor de Educação Física teve baixa adesão pelos municípios da AMOSC. Conclui-se que o Manual do Professor de Educação Física é uma iniciativa incipiente na área, que está em fase de apropriação, com diversificados interesses em relação aos critérios de seleção e uso. A maioria dos professores aprovaram o material didático, embora o seu uso seja eventual, sendo os materiais esportivos e/ou de elaboração própria ainda os mais utilizados para o desenvolvimento das aulas, sugerindo, também, uma demanda por formação continuada.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; livro didático; Educação Física.

Abstract:

¹ Produção elaborada a partir do subprojeto de pesquisa “O livro didático de Educação Física no contexto da Base Nacional Comum Curricular” (registrado no Sistema Prisma/UFS/PES 2021-0292), vinculado ao Projeto Guarda-chuva “Linguagem Corporal, Cultura e Movimento” (Prisma/UFS/PES 2021-0101). O estudo não contou com subsídios financeiros de agências de fomento. O projeto contou com o apoio da Rede de Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico em Materiais Didáticos Digitais e Interativos em Educação Física (MADDIs-EF), ação institucionalizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Edital 01/2020 - Redes de Pesquisa), com vistas a compartilhar objetivos, procedimentos, responsabilidades, laboratórios e equipamentos entre os grupos envolvidos na proposta. Os resultados parciais foram apresentados na XII Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica (JIC), realizada na UFS de 18 a 21 de outubro de 2022, com o título “A receptividade do Manual de Educação Física pelos docentes da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina”.

² Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó/Santa Catarina, Brasil

³ Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária, Cordilheira Alta/Santa Catarina, Brasil

⁴ Universidade Fronteira Sul, Chapecó/ Santa Catarina, Brasil

This article aims to identify the Physical Education textbooks of the PNLD 2019 selected by teachers in the region covered by the Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) and analyze their receptivity by teachers of the network. The research has a qualitative character, of an applied nature and of survey procedures. The sample consisted of 28 Physical Education teachers. The results were organized in the following dimensions: socio-professional, choice, characteristics, elaboration, use, satisfaction, cultural diversity and conceptions. It was found that the Manual of Physical Education Teacher had low adherence by the municipalities of AMOSC. It is concluded that the Manual of Physical Education Teacher is an incipient initiative in the area, which is in the appropriation phase, with diversified interests in relation to the selection and use criteria. Most teachers approved the didactic material, although its use is eventual, and the sports and/ or own elaboration materials are still the most used for the development of classes, suggesting also a demand for continuing education.

Keywords: Base Nacional Comum Curricular; textbook; Physical Education.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo. Trata-se de uma política educacional brasileira vinculada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita.

Abordar tal temática requer, contudo, uma breve historicização sobre o material didático no Brasil, uma vez que temos o PNLD como o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino.

Se somente durante o fim do Período Imperial iniciou o uso e a produção de livros, apenas durante a Era Vargas desenvolve-se efetivamente ações voltadas a sua estruturação e regulamentação. O Decreto-Lei nº 1.006 de 1938 estabeleceu as condições de produção, importação e utilização do livro didático, bem como instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático, constituindo a primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no país.

Em 1966, um acordo entre o Ministério da Educação e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático, com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático brasileiro. Na sequência, outra mudança ocorreu a partir da Portaria nº 35, de 11 de março de 1970, do Ministério da Educação, ao implementar o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL). Poucos anos depois, com o Decreto nº 77.107, de 4 de fevereiro de 1976, o governo assume a compra de parcelas dos livros para distribuir às escolas e unidades federadas. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) torna-se responsável pela execução do programa do livro didático.

No ano de 1983 ocorreu a substituição da Fename pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorporaria o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Com a edição do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985 é instituído o PNLD. Na ocasião, o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos

propôs a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das demais séries do Ensino Fundamental.

Na sequência, o PNLD transita como política pública ainda em processo de consolidação. Em 1992 a distribuição dos livros é comprometida, restringindo-se o atendimento até a 4ª série do Ensino Fundamental. Somente em 1993 a Resolução CD FNDE nº 6 vincula recursos para a aquisição dos livros didáticos destinados aos alunos das redes públicas de ensino, estabelecendo-se, assim, um fluxo regular de verbas para a aquisição e distribuição do livro didático. Neste mesmo ano ocorreu a “Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos” MEC/FAE/UNESCO, cujo objetivo foi de exclusão dos livros indicados no Guia do Livro Didático, conforme critérios previamente discutidos sobre erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo.

Em 1996 foi publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos” de 1ª a 4ª séries. No ano de 1997 com a extinção da FAE, a responsabilidade pela política de execução do PNLD é transferida integralmente para o FNDE, responsável pela aquisição e distribuição dos livros didáticos brasileiros. Posteriormente, o Programa é ampliado e o Ministério da Educação passa a adquirir, de forma continuada, livros didáticos de alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, estudos sociais, história e geografia para os alunos de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental público.

Dos anos 2000 em diante, a ampliação continua ocorrendo sobre os diferentes níveis da Educação Básica brasileira. Contemporaneamente, um dos materiais produzidos pelo PNLD é o Manual do Professor de Educação Física (impresso). De forma mais pontual, no PNLD 2019 foram aprovadas quatro editoras: Boreal, FTD, Moderna e Terra Sul. Estes materiais didáticos foram selecionados pelas secretarias de educação dos municípios de todo o país e, posteriormente, destinados aos professores de Educação Física que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino.

À medida que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018a) é implementada, o Manual do Professor de Educação Física chegou às escolas, alavancando o movimento de reorganização curricular das redes municipais de educação na região de abrangência da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), bem como as demandas por formação continuada, tendo como resultado a criação de um novo currículo regional do Ensino Fundamental (AMOSC, 2021).

Nesse contexto, ao considerar a implementação dos referidos documentos na área de Educação Física, campo de intervenção teórico-prático, com características de ensino e aprendizagem, identificamos o problema de pesquisa: como tem sido a receptividade do novo Manual do Professor de Educação Física na região da AMOSC?

A partir disso, objetivamos identificar quais foram os livros didáticos de Educação Física do PNLD 2019 selecionados pelos professores na região de abrangência da AMOSC; em seguida, analisamos a receptividade destas obras.

O MANUAL DO PROFESSOR NO CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

A conjuntura educacional hodierna é oportuna para análises de políticas e ações públicas. A produção do Manual do Professor de Educação Física decorre da aprovação da BNCC pelo

Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução nº 2 de 22 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017a). O documento tem caráter normativo, portanto define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, bem como determina os “conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

A BNCC é um documento que orienta as redes de ensino e as instituições escolares (públicas e particulares), sendo uma referência nacional obrigatória para a elaboração/adequação de currículos e propostas pedagógicas. Trata-se de um documento referência, de caráter normativo, que desencadeia permanentes ações nos Estados, Distrito Federal e municípios - um conjunto de desdobramentos que, paulatinamente, chega às salas de aula, sendo que as escolas e os professores são os protagonistas dessa implementação. A BNCC é um projeto educacional que visa a formação de um indivíduo ao longo da Educação Básica, que pretende assegurar o desenvolvimento de “competências gerais”, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. O documento orienta, portanto, os sistemas, as redes de ensino e as escolas para a construção currículos com propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais, com foco na igualdade, diversidade e equidade.

Em congruência com a BNCC ocorreu a execução do PNLD, via Secretaria de Educação Básica (SEB). A publicação do Decreto 9.099, de 18 de julho de 2017 (BRASIL, 2017b) abriu a chamada pública do Edital de Convocação 01/2017 pela Coordenação-Geral dos Programas do Livro (CGPLI) (BRASIL, 2017c) para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o PNLD 2019.

Os materiais didáticos aprovados foram impressos, posteriormente selecionados pelas secretarias de educação e destinados aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), não contando com o livro do estudante como referência. Dentre as editoras selecionadas pelo Ministério da Educação, das quais também passam por uma seleção de aprovação, as secretarias da educação/escolas possuem a liberdade de escolher a editora que possui o material que melhor se encaixa à sua realidade, podendo avaliar os livros disponíveis antes de fazer a escolha. Isto significa que “O livro didático, portanto, deve se adequar a esse mercado específico. Isso significa que a escola, tomada como mercado, determina usos específicos do livro (didático), também mediados pela sua materialidade” (MUNAKATA, 2012, p. 7).

O Manual do Professor de Educação Física apresenta com orientações gerais no início do volume e com a proposta de atividades que contribuam para o alcance das competências específicas. Tais competências deverão ser desenvolvidas por meio dos objetos de conhecimento e habilidades. Isto quer dizer que as concepções apresentadas nesse tipo de material estão em estreita relação com a BNCC, com vistas a atender o propósito de estabelecer processos de ensino e aprendizagem focalizados no desenvolvimento das habilidades específicas do componente curricular para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A publicação da Portaria nº 20, de 2 de julho de 2018 (BRASIL, 2018b) tornou pública as quatro obras aprovadas entre as cinco editoras participantes. A seleção destes materiais ocorreu virtualmente no período de 23 de agosto a 10 de setembro do referido ano pelas secretarias de

educação. O Guia Digital foi disponibilizado pelo MEC para auxiliar as instituições e os professores na escolha. As editoras, conforme determinado pelo edital, elaboraram coleções com o limite máximo de 320 páginas para o livro do professor, somados os dois volumes: um livro para 1º ano e 2º ano (máximo de 120 páginas) e um livro para 3º ano ao 5º ano (máximo de 200 páginas). Em 2019 foi lançado o Guia Digital do PNL D 2020, destinado aos professores de Educação Física do 6º ano ao 9º ano, sendo aprovadas e disponibilizadas duas obras.

Ante o exposto, a área de Educação Física foi contemplada, de maneira inédita, com o Manual do Professor - anos iniciais da Educação Básica. Ao ser incluída no âmbito das Linguagens, o componente curricular de Educação Física tematizará “[...] as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história” (BRASIL, 2018a, p. 231).

O livro didático está entre os diversos materiais e ferramentas didáticas possíveis de serem utilizados pelos professores na realização de suas aulas, para complemento e suporte teórico, assim como para os alunos, como ferramenta pedagógica capaz de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, ele é “elaborado e produzido com a intenção de auxiliar as necessidades de planejamento, intervenção e avaliação do professor, bem como de contribuir para as aprendizagens dos alunos” (RODRIGUES; DARIDO, 2011, p. 2).

Com a implementação do livro didático, permitiu-se que os professores aumentassem suas ferramentas de ensino, sendo para muitos o primeiro material pedagógico impresso gratuito, dado as condições sociais distintas presentes no nosso país. Ademais, a Educação Física escolar destoa das demais disciplinas que compõem o currículo das séries que hoje denominamos Educação Básica, uma vez que tradicionalmente a área não dispunha do livro didático como principal ferramenta didática (LOUREIRO; MOREIRA, 2022). Nota-se, portanto, um certo desprestígio à importância da área de Educação Física como um componente curricular capaz de enriquecer e promover o desenvolvimento de habilidades e saberes tanto quanto os demais. A desvalorização é notória a partir do momento em que se constata a produção de materiais didáticos para as outras áreas em uma escala desproporcional à Educação Física.

Embora a passos lentos, a produção do Manual do Professor de Educação Física poderá atender, mesmo que parcialmente, as múltiplas especificidades e realidades das escolas do país. Esse avanço significativo comporta questões de ordem política, bem como de reconhecimento da área, desmistificando a ideia de que não há teorização e estudo concreto na Educação Física, como se ela se resumisse apenas às práticas esportivas, sem bases científicas ou mesmo sem finalidades intelectuais. Como bem enfatiza a BNCC, a Educação Física compreende um campo vasto de manifestações sociais, culturais e pedagógicas, capazes de promover o desenvolvimento do sujeito nas suas mais diversas esferas. Desta forma, a produção do livro didático para o professor de Educação Física implica um avanço significativo e importante nos processos pedagógicos.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

O tipo de pesquisa, segundo a abordagem do estudo, caracteriza-se como qualitativo, de natureza aplicada, e de procedimentos de levantamento. A população foi composta por professores que atuam em escolas públicas municipais na região de abrangência da AMOSC

(mediante assinatura de Declaração de Ciência e Concordância da responsável da Associação; e, posteriormente, concordância dos professores em relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

A amostra aleatória contou com a participação de 28 professores de Educação Física. Em relação às perdas relativas ao número de professores que se desejava alcançar, a amostra atingiu cerca de 9,3% da população, uma vez que os municípios da AMOSC contam com aproximadamente 300 professores de Educação Física em efetivo exercício profissional.

Primeiramente, o convite foi remetido via e-mail para as Secretarias de Educação dos 20 municípios membros (Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Paial, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste); na sequência, o convite foi reiterado por telefone.

Os professores concordaram em responder um questionário virtual produzido no *Google Formulário* (método misto, com perguntas abertas e fechadas), o qual contemplou seis dimensões: socioprofissional, escolha, características, elaboração, uso e satisfação (adaptadas de Molina-Alventosa, 2015), sendo inseridas mais duas dimensões: 1) avaliação da diversidade cultural representada nas ilustrações; e 2) as concepções do Manual (críticas e sugestões). A partir deste conjunto de informações, realizou-se análise diagnóstica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente efetuamos o mapeamento dos municípios que solicitaram o Manual do Professor de Educação Física. Constatamos que apenas quatro Secretarias de Educação solicitaram os materiais: Chapecó (FTD e Moderna), Guatambu e Paial (Moderna) e Arvoredo (Terra Sul).

Em relação a primeira dimensão (socioprofissional), identificamos que, dos professores participantes do estudo, 53,6% (15) são do sexo masculino e 46,4% (13) são do sexo feminino. Em relação à faixa etária, 28% (8) professores estão entre 26 a 30 anos de idade, ou seja, predominam profissionais jovens, no início da carreira do magistério. Referente ao local de atuação, a maioria dos professores trabalha em Chapecó-SC (53,6%) (15) e ministra aulas nos anos iniciais do Ensino Fundamental (96,4%) (27); uma pequena parte da amostra também atua nos anos finais do Ensino Fundamental (25%) (7). O tempo de experiência na docência oscila de 14,3% (4) (com 20 anos de experiência) a 21,5%, (6) (com 8 anos de experiência).

Sobre a segunda dimensão (escolha dos materiais), constatamos que 82,1% (23) dos professores solicitaram e/ou receberam o Manual do Professor de Educação Física (PNLD 2019 e 2020). Entretanto, 17,9% (5) ainda não tiveram acesso aos materiais. Em relação aos motivos do não recebimento, os professores mencionaram que o livro não foi enviado à Secretaria de Educação ou não souberam informar. Ainda alguns professores sequer sabiam da existência do Manual do Professor.

Dentre as Editoras selecionadas, a preferência foi pela Moderna (82,1%) (23), seguidas de FTD (14,3%) (4) e Terra Sul (3,6%) (1). A Editora Boreal não foi mencionada. Chama atenção que 74,1% (21) dos professores afirmaram não terem sido responsáveis pela escolha do Manual, e apenas 25,9% (7) terem participado da escolha. Dentre o grupo que participou da escolha, os

principais critérios de seleção citados pelos professores foram: 1) qualidade do material; 2) atividades/conteúdos; 3) proposta didática; 4) aplicabilidade; 5) editora; 6) currículo; 7) adequação a proposta curricular municipal (estar em sintonia com o Projeto Político Pedagógico da escola); 8) metodologia de ensino; 9) autor(es) da obra; 10) temas atuais; e 11) necessidade.

Na terceira dimensão (materiais utilizados e suas características), 18 professores avaliaram o Manual do Professor de Educação Física como bom (65%), seguidos de mediano, com 4 respostas (15,4%), e excelente, com 5 respostas (19,2%). Ninguém avaliou o material como insatisfatório. A frequência de uso indicada por 16 professores é eventual (57,7%), seguido de recorrente com 12 respostas (42,3%). Se mais da metade dos professores faz uso eventual do Manual do Professor, estes dados nos induzem a observar a dimensão da elaboração dos materiais utilizados (quarta dimensão).

Os materiais didáticos mais utilizados por 19 professores são aqueles de elaboração própria e/ou materiais esportivos tradicionais (67,9%). Nesse contexto, os livros didáticos, em geral, ou mesmo o Manual de Educação Física, têm menor inserção, sendo utilizados como subsídios, por vezes, documentos regionais, materiais específicos e conteúdos disponíveis em plataformas digitais adotadas pelas secretarias de educação.

Em relação a quinta dimensão (uso dos materiais), os professores mencionaram que a principal finalidade do Manual do Professor consiste na elaboração de aulas práticas, seguido do interesse em articular o referido material com a BNCC; e com propósito de fundamentação teórica e diversificação dos conteúdos (Unidades Temáticas). Constatamos também, embora com menor incidência, que o Manual do Professor é utilizado como fonte de consulta para elaboração de avaliações e/ou material de apoio, com as devidas adequações para o público alvo específico.

A sexta dimensão (satisfação) com os materiais didáticos revelou que a maior parte dos professores foram receptivos à chegada do Manual do Professor nas escolas, sendo que 57,1% (16) dos professores estão satisfeitos; 21,4% (6) muito satisfeitos; 17,9% (5) indiferente; e apenas 3,6% (1) insatisfeitos.

Embora a maioria dos professores estejam satisfeitos ou muito satisfeitos com o Manual, e avaliarem a diversidade cultural como bem representada nas ilustrações, cabe uma análise mais crítica. Um estudo realizado pelos autores Loro et al. (2021) sobre o mesmo material didático em questão identificou a predominância de grupos mistos de crianças, com corpos ectomorfos, de cor ou raça branca e sem deficiência. Embora a diversidade de sexos esteja representada, os materiais ainda favorecem a reprodução de estereótipos e grupos hegemônicos tradicionais, perpetuando a invisibilidade da diversidade de corpos, de cor ou raça e de pessoas com deficiência.

A BNCC traz em suas competências gerais da Educação Básica a imprescindibilidade de “valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais” (BRASIL, 2018a, p. 09). Neste âmbito a diversidade cultural emerge como “[...] a relação do ‘eu’ com o ‘outro’, isto é, do respeito para com as diferenças individuais, coletivas, locais, regionais e nacionais” (OLIVEIRA, 2017, p. 377). Neste quesito, enfatizamos as imagens (fotografias, desenhos e pinturas) do Manual do Professor, uma vez que os livros didáticos geralmente são bastantes ilustrados e, através das imagens, transmitem discursos e representações de mundo. Nesse sentido, 19 professores consideraram a diversidade cultural representada nas ilustrações do Manual do Professor de Educação Física como

satisfatória (67,9%), 5 muito satisfeitos (17,9%), 3 indiferentes (10,7%) e apenas 1 insatisfeito (3,5%).

O termo cultura é utilizado para designar o “conjunto de regras, ideias, valores, que é transmitido de geração em geração, que se reproduz em cada indivíduo, e gera então um modo peculiar de viver a vida” (RAMALHO, 2015, p. 29). Ao interligarmos tal conceito com a área da Educação Física, trazemos à discussão a competência destinada ao Ensino Fundamental, a qual demonstra a importância de “reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos” (BRASIL, 2018a, p. 223).

A identidade cultural está vinculada “[...] a forma como um indivíduo vê o mundo e como se posiciona em relação a ele, tendo que ver com a formação da identidade do sujeito em relação ao seu contexto cultural” (SOUSA, 2021, p. 98). Em outras palavras, em termos pragmáticos, atentar-se à diversidade e identidade cultural que circunda o âmbito escolar é de suma relevância quando falamos na construção e seleção de materiais curriculares impressos. Neste sentido, é válido ponderar que o livro didático está no topo do ranking dos materiais curriculares impressos mais utilizados nas escolas.

É indispensável a elaboração e circulação de materiais curriculares capazes de atender as identidades linguísticas, étnicas e culturais. Todavia, compreende-se que os materiais analisados necessitam ampliar as possibilidades em relação à diversidade no interior do currículo, em uma perspectiva mais abrangente. Nesta direção poderá emergir um currículo multicultural, caracterizado pelo viés fundamentador de que “[...] todos os alunos possuem conhecimentos construídos socialmente que precisam ser reconhecidos e ampliados pela escola, o que, na prática, significa trabalhar a partir das culturas dos alunos num entrecruzamento com a cultura escolar” (NEIRA, 2008, p. 81).

Como principal sugestão e/ou crítica dos professores em relação ao Manual do Professor está a pouca ou a falta de vivências regionais. Embora as práticas corporais regionais estejam presentes, dificilmente uma obra conseguirá atender tal expectativa, pois possui limitações (inclusive editoriais). A construção de um planejamento docente poderá romper as barreiras impostas por livros didáticos que, muitas vezes, inviabilizam as múltiplas culturas que permeiam a escola. No entanto, é factível que os professores devem compreender que o Manual do Professor é um tipo de material que ajuda como suporte da elaboração das aulas, portanto, são materiais que podem ser adaptados conforme a realidade encontrada em determinado ambiente escolar. Aqui, alavancamos um viés de planejar para além do livro didático, sempre considerando as particularidades e as especificidades culturais regionais. Caso isto realmente for implementado, possivelmente o Manual do Professor de Educação Física trará maior valorização para a área de Linguagens e suas Tecnologias, com vistas a qualificar e integrar o planejamento docente às diversas instâncias e redes de implementação de gestão das políticas públicas, bem como a produção de conhecimentos disponibilizados como insumo para as atividades curriculares da área de Educação Física, capazes de contribuir no âmbito didático-pedagógico e científico-social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos dados explicitados, observa-se que o Manual do Professor de Educação Física teve baixa adesão pelos professores dos municípios da AMOSC (9,3% dos participantes).

Enfatizamos que produção deste material é um acontecimento incipiente na área, que está ainda em fase de apropriação, com diversificados interesses em relação aos critérios de seleção e uso. Embora a maioria dos professores tenham aprovado o uso do Manual do Professor de Educação Física, os dados revelam que ele ainda é eventual, sendo os materiais esportivos e/ou de elaboração própria os mais utilizados para o desenvolvimento das aulas. Há que se registrar a existência de um tensionamento, pois os professores também estão interessados em articular os materiais didáticos impressos com os conteúdos obrigatórios da BNCC. Por fim, refletimos quais foram os parâmetros utilizados pelos professores para chegar a tais conclusões e como acontecerá a adaptação do Manual do Professor de Educação Física para a realidade cultural/regional das escolas que abrangem a região do público participante do estudo.

Nota-se certa insegurança dos professores em relação ao Manual do Professor de Educação Física, aspecto que nos faz repensar a formação inicial e continuada para esse momento, assim como a divulgação que está sendo feita dos materiais, para que haja acesso comum a eles, entendendo-os como uma ferramenta de suporte pedagógico, tendo em vista a sua ampla ligação com a BNCC. Junto dele surgem demandas de formação continuada que, além de promover maior contato com o material, ampliam o horizonte dos professores, para que cada vez mais avancem em suas práticas e tornem o processo mais instigante.

Apesar de ser um fenômeno recente no PNLD, o Manual do Professor de Educação Física tem sido visto por boa parte dos professores como uma ferramenta de grande valia, capaz de ampliar olhares e práticas no subsídio de interações. O material, portanto, surge sendo bem mais que uma ferramenta pedagógica, ele carrega culturas, políticas e histórias das quais fazem parte deste movimento em prol da educação e da valorização da Educação Física.

REFERÊNCIAS

AMOSC. **Currículo regional do Ensino Fundamental dos municípios da AMOSC** / Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina. Chapecó, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 20, de 2 de julho de 2018**. Brasília: Diário Oficial da União. 2018b. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwOTZC2Mb/content/id/28314056. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Brasília: MEC/SEB. 2017a. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Brasília: Diário Oficial da União. 2017b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. **Edital de Convocação 01/2017-CGPLI**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2017c. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

LORO, Alexandre Paulo; MOYA-MATA, Irene; VALENCIA-PERIS, Alexandra; NUNES, Meire Aparecida Lôde; DEVÍS-DEVÍS, José. A diversidade nas imagens dos manuais do professor de Educação Física no Brasil. **Movimento**, v. 27, e27049, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/7XhmXgsDBxp8NtYcgW4VSDL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2022.

LOUREIRO, Marcus Wagner Antunes. MOREIRA, Kênia Hilda. Livros didáticos de educação física: um balanço da produção acadêmica. **Educ. Pesqui.**, v. 46, e205233, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/hc7XNG5zMxc6XNNBBc6XD8y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MOLINA-ALVENTOSA, Joan Pere. **El uso de materiales curriculares impresos en la Educación Física de la ESO en la Comunidad Valenciana**. 2015. Tese (Doutorado em Educação Física e Esportes) - Faculdade de Ciências da Atividade Física e Esportes, Universidade de Valência, Valência-Espanha, 2015.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2012. Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/rbhe.2013.008>. Acesso em: 30 nov. 2022.

NEIRA, Marcos Garcia. A cultura corporal popular como conteúdo do currículo multicultural da educação física. **Pensar a Prática**, v. 11, n. 1, p. 81-89, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/1699>. Acesso em: 31 mai. 2023.

OLIVEIRA, Rosane Machado de. Diversidade Cultural: a importância das diversas culturas no ensino-aprendizagem, no desenvolvimento da cidadania e na preservação de valores éticos e morais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 1, p. 376-403. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2017/05/diversidade-cultural.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2022.

RAMALHO, Lays da Silva. Diversidade cultural na escola. **Rev. Diversidade e Educação**, v. 3, n. 6, p. 29-36, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/download/6376/4291/18818>. Acesso em: 29 nov. 2022.

RODRIGUES, Heitor de Andrade; DARIDO, Suraya Cristina. O livro didático na Educação Física escolar: a visão dos professores. **Motriz**, Rio Claro, v. 17 n. 1, p. 48-62, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/42219>. Acesso em: 23 out. 2022.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; NETO, Samuel de Souza. Saberes docentes e formação de professores de Educação Física: análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na perspectiva da Profissionalização do Ensino. **Motrivivência** v. 28, n. 48, p. 42-60, set./2016.

Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p42>. Acesso em: 31 mai. 2023.

SOUSA, Vitor de. Identidade e cultura. As identidades culturais num mundo globalizado. A lusofonia enquanto possibilidade intercultural. In: MARTINS, M. L.; SILVA, R. (Org.). **Culturas e turismo: reflexões sobre o património, as artes e a comunicação intercultural**. Braga: UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2021. p. 92-104.